

Desejo amor ao Brasil



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Neste primeiro dia do ano, desejo que meu país seja descoberto por seus cidadãos. Isso deveria ter ocorrido há décadas, ou séculos, para que o Brasil tivesse seu berço: um sistema nacional único de educação com qualidade e equidade para todas as nossas crianças, independentemente de renda e endereço. Mas não aconteceu. Por isso, apesar de tardio, agora é ainda mais necessário o desejo de que os brasileiros coloquem o Brasil acima dos interesses de grupos corporativos. Desde o início, somos divididos socialmente entre escravos e senhores, ricos e pobres, doutores e analfabetos, favelas e condomínios e, politicamente, em sindicatos, partidos, igrejas, municípios, estados, cada um se colocando acima do país. No último mês, esse divisionismo se mostrou descaradamente diante da constatação de que esgotamos os recursos fiscais do país. Mas, quando o ministro da Fazenda apresenta proposta para equilibrar as contas, cada setor da sociedade se levanta e diz: “Não no meu pedaço do orçamento”.

Os donos de salários astronômicos não aceitam tocar em qualquer um dos penduricalhos que lhes permite romper o teto constitucional para saquear o Tesouro Nacional. A corporação militar, que deveria dar exemplo de patriotismo, não aceitou abrir mão da

aposentadoria, nem mesmo para integrantes cuja carreira se passa quase toda em escritórios e sem riscos de vida. Dentro do próprio governo, surgiram sugestões para desidratar a proposta inicial do seu ministro. Em nome de votos e de interesses que defende, o partido do ministro adotou a regra “no meu pedaço não”.

Os agentes do mercado — investidores, especuladores, consumidores, vendedores — não fizeram gestos para colocar o Brasil acima do lucro individual, com sacrifícios de todos para manter a confiança necessária nas nossas finanças, sem o que ameaçamos o valor do real e aumentamos a taxa de juros. Os parlamentares chantagearam o governo ao condicionarem só votar na necessária redução dos gastos estatais se houvesse aumento no valor destinado a suas emendas para comprar votos com dinheiro público; e, irresponsável e deasastradamente, fizeram pedaladas jurídicas para burlar a lei e enganar a população.

Nós, brasilienses, unimos-nos contra a proposta do ministro. Pela primeira vez em décadas, partidos que, até a véspera, digladiavam-se, agora tiveram uma só voz: “No valor do Fundo Constitucional do DF não se toca”. Não levamos em conta nossa responsabilidade com os demais 200 milhões de brasileiros aos quais servimos como a capital federal e, por isso, devem nos financiar. Não pedimos desculpas pelo fato de que a Secretaria de Segurança, financiada pelo Brasil, participou da tentativa de golpe do 8 de janeiro, ao ser comandada por golpistas que estão em julgamento; tampouco nos desculpamos pelo fato de não sabermos até hoje onde estava nosso governador naquele dia.

Não explicamos aos brasileiros porque nossa educação, que eles financiam com mais recursos

do que usam para suas próprias crianças, não é mais um exemplo de qualidade. Tampouco explicamos como recebemos recursos dos brasileiros para cuidarmos da saúde na capital deles, e, no ano passado, fomos campeões em casos de dengue, ao ponto de ameaçar o bom funcionamento da máquina do governo federal e das embaixadas; não explicamos aos irmãos goianos o porquê de eles financiarem nosso sistema de saúde e doentes nossos buscarem apoio médico em suas cidades. Corretamente, defendemos a absoluta necessidade da manutenção do fundo — que a proposta do ministro nunca ameaçou — mas raros entre nós propuseram uma auditoria para que nossa Câmara Legislativa e nosso Tribunal de Contas indicassem se e onde seria possível haver maior eficiência, menos desperdício, menos corrupção, para reduzir o sacrifício do resto do Brasil e ajudar no necessário ajuste nas contas públicas do país.

Não importou o tamanho da crise, o bolso individual continuou na frente do Tesouro Nacional, todo saque aceito, desde que não se toque no interesse pessoal de cada um. O sentimento “no meu pedaço do orçamento não” foi usado pelos que têm poder para vitimar 50 milhões de crianças, porque o Fundeb será reduzido; aos milhões que recebem salário mínimo, porque seus reajustes serão menores; milhões de pobres perderão porque parte dos seus benefícios serão cortados; aos que recebem até R\$ 5 mil por mês, porque a isenção que receberiam foi postergada para algum momento no futuro. Em uma atitude suicida, porque o câncer de um país é sua divisão em pedaços que não abrem mão de interesses específicos e imediatos em favor do conjunto do país e seu futuro.



Sobre a Paz



» LÚCIA HELENA GALVÃO
Professora, escritora, palestrante, compositora e professora de filosofia da Nova Acrópole há 36 anos.

Vivemos em um tempo em que frases, como respeito à diversidade, harmonia e paz, aparecem naquelas nuvens de palavras que mais circulam nos diálogos virtuais, algumas expressas em conceitos que se distanciam bem da origem dessas palavras. Sob a luz da filosofia prática, vale refletirmos sobre esses temas.

Na natureza, a diversidade, por exemplo, não é uma diferenciação para opor as partes, para colocá-las em conflito, mas é o reconhecimento do valor de cada parte para que possamos compor um todo harmonioso. Quanto mais cada um de nós reconhece sua própria identidade, mais pode se harmonizar com os demais, assim como temos diferentes cores harmonizadas em uma pintura ou diferentes notas musicais em uma bela melodia.

O conceito de paz é um daqueles que parece ter passado pelo efeito do “telefone sem fio”, e foi sendo esvaziado ao longo da história, gerando posições bem confusas, que mais têm a ver com passividade do que com paz propriamente dita.

Na etimologia da palavra paz, encontramos, no latim, pax e, no protoindo-europeu, pak, que

significa travar, fixar, juntar. Ou seja, em geral, a paz estava relacionada à ideia de pacto, de acordo firmado, uma espécie de acordo de não agressão. A paz, então, tem a ver com acordo? Parece que sim. Os chamados filósofos contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), por exemplo, propunham uma espécie de pacto, conhecido como contrato social, em que, por meio da imposição de uma série de regras, o homem passaria de um estado natural para o início da vida social e política. Mas será que é desse pacto que a paz trata? De uma imposição de regras que se cumpre por coerção e medo, ou de um pacto do homem com sua própria consciência, que se cumpre voluntariamente para termos o privilégio de sermos verdadeiramente humanos?

Outro elemento importante para compreendermos é que a paz não é sinônimo de passividade. A paz propõe, por um lado, o conflito e, por outro, a harmonia, como quem sobe uma escada: há um momento de conflito/desequilíbrio, que se resolve em um instante de harmonia e estabilidade, e assim por diante. Sem ambos os fatores, não mudamos de patamar, não passamos ao próximo degrau. Mas é um conflito momentâneo regido pela necessidade de crescimento de todos os envolvidos, e não o destrutivo conflito entre pretensos “donos da verdade”. Logo, a paz significa um estado de bem-estar quando estamos alinhados com a natureza, e uma das necessidades da natureza é harmonizar, e outra é de crescer. Para isso, harmonia e conflito inteligentemente superado são necessários. Mas essa dualidade exterior nada tem

a ver com o que acontece dentro do ser humano, que, coerente com seus valores e princípios em ambos os momentos, conserva um estado de serenidade e equilíbrio constante.

Tampouco a paz tem a ver com passividade. Ser passivo, diante do mal e da injustiça, é ser agressivo por cumplicidade. Nosso corpo é um excelente exemplo de paz: harmonioso por dentro, mas atento a qualquer agressor que tente penetrar nele. Será a nossa imunidade belicista? Ou ela está a favor da vida? Temos que ser fiéis seguidores dos valores que caracterizam a natureza humana: fraternidade, justiça, veracidade etc., mas apenas certificando-nos de que, por dentro, não haja um espírito de parcialidade, ódio, rancor ou vingança, pois isso nubla nossa noção de justiça e veracidade.

A filosofia aponta-nos caminhos para que a gente pare de confundir paz com passividade e encontre na paz uma ação coerente e constante de busca de elevarmos nossa consciência para um patamar mais humanista, de tal maneira que interesse prioritariamente para nós o bem do todo, do outro, da comunidade humana, buscando a unidade para além das diferenças.

Procuremos celebrar na nossa vida aquelas coisas que dão ao ser humano um aprimoramento no sentido de se tornar cada vez mais verdadeiramente humano. E é claro que a filosofia trabalha exatamente para essas questões: ela nos abre caminho para que possamos ter uma visão mais reflexiva sobre a vida, o seu sentido e o sentido da nossa presença no mundo.

Jimmy Carter, defensor da democracia e prêmio Nobel da Paz



» JOÃO CARLOS SOUTO
Professor de direito constitucional, doutor em direito (Summa Cum Laude, Ceub), procurador da Fazenda Nacional e escritor

Jimmy Carter, 39º presidente dos Estados Unidos, faleceu domingo último no estado da Geórgia, aos 100 anos de idade. James Earl Carter Jr. foi um homem do sul dos Estados Unidos, daquilo que os livros de história e de política costumam definir como o “Sul profundo”, ou seja, aqueles estados que se rebelaram contra o norte do país com o intuito de evitar a abolição da escravidão, embora nem todos os Estados confederados estejam no Sul profundo, a exemplo da Virgínia.

Nascido e criado na Geórgia, num lar sem luz elétrica e água encanada, Carter era filho de um comerciante e também médio agricultor. A mãe, Bessie Lillian Carter, era enfermeira e escreveu dois livros durante a presidência do filho. Carter recebeu do pai, ainda na juventude, um pedaço de terra, como antecipação da herança, nela plantou amendoim. cursou a Academia Naval e serviu à Marinha logo após a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente graduou-se em tecnologia de reatores e física nuclear, tendo servido no submarino nuclear, Seawolf.

Religioso, disse, em entrevista à CNN, que a derrota para o governo do estado da Geórgia abalou sua fé, mas que sua irmã o convenceu a continuar com a religião. Mais tarde, elegeu-se governador do seu Estado e, dois anos depois de concluído o mandato, conquistou a Casa Branca, derrotando o presidente Gerald Ford, que havia sido vice-presidente de Richard Nixon.

Sua presidência (1977/1981) caracterizou-se pelo respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos, dentro e fora dos Estados Unidos. Pressionou a ditadura militar brasileira pela abertura democrática, que viria a ocorrer quatro anos depois do término do seu mandato, e o fez justamente num momento (década de 1970) em que a repressão aumentara. No segundo dia do seu mandato, perdoou todos os que se recusaram a servir na guerra do Vietnã, medida polêmica, especialmente em um país que se envolve em conflitos bélicos com certa frequência. Criou o ministério da Educação e o da Energia.

Costurou, pessoalmente, o acordo de paz entre Israel e o Egito, assinado em Washington pelo então primeiro-ministro Menachem Begin e pelo presidente Anwar Sadat, respectivamente. O Acordo de “Camp David”, como ficou conhecido, mantém a paz entre os dois países até os dias atuais.

Ainda no campo dos direitos humanos, Carter nomeou um número recorde de mulheres para o judiciário federal, prerrogativa que, nos Estados Unidos, toca ao presidente da República, com a aprovação do Senado. Entre elas indicou para a Corte Federal de Apelação do Distrito de Colúmbia uma que chegaria à Suprema Corte (indicada por Clinton) e se tornaria um ícone do Judiciário e de certo modo da cultura pop americana, Ruth Bader Ginsburg, que dispensa apresentações.

Dois registros finais sobre sua presidência: a devolução do Canal do Panamá, motivo de enorme polêmica em razão dos desdobramentos geopolíticos e econômicos envolvidos. Por fim, a invasão da embaixada dos Estados Unidos por estudantes iranianos, em 1979, que se estendeu até o fim de sua presidência. Ann Compton, correspondente na Casa Branca da rede de TV ABC, durante os anos Carter, disse ontem que ele aguardou no salão oval da Casa Branca até o último minuto de seu mandato, aguardando por um desfecho positivo, que só viria alguns dias depois, na presidência de Ronald Reagan.

Dizem que Carter foi o melhor ex-presidente da história dos Estados Unidos e há uma certa unanimidade em torno disso. Construiu habitações, ele próprio como marceneiro; foi à África (com ou sem sua esposa, Rosalyn) várias vezes distribuir vacinas e promover medidas sanitárias. Fundou o Carter Center (entidade que contribuiu durante aproximadamente três anos) e ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2002. Jimmy Carter, o homem que viveu 100 anos e que procurou fazer o bem.